

Francisco Segnini Jr.

a

ARTE, TÉCNICA E MERCADO: O TRABALHO DO ARQUITETO

I 22

pós-

RESUMO

Este trabalho analisa as novas formas de organização do trabalho do arquiteto em um contexto de difusão e consolidação dos instrumentos eletrônicos na produção do projeto arquitetônico, entendendo a arquitetura como produto de tensões entre arte, técnica e mercado. O objeto da pesquisa foi elaborado a partir de depoimentos e entrevistas, em um primeiro momento, com 206 arquitetos selecionados em 91 exemplares da revista *AU – Arquitetura e Urbanismo*, no período de 1985 a 2000 e, em um segundo momento, por meio de entrevistas com 31 arquitetos formados pela FAUUSP no período de 1986 a 1990. O primeiro período é particularmente significativo, posto que, nesses 15 anos foram observadas mudanças no trabalho do arquiteto por meio da difusão da informática, e, o segundo período, mostra-se interessante, na medida em que se caracteriza pela consolidação dos instrumentos eletrônicos na produção do projeto arquitetônico, os quais serão relevantes como um dos fatores que modificam a organização do trabalho do arquiteto, contribuindo para a precarização de suas relações trabalhistas. A hipótese dessa pesquisa é que as tensões entre arte, técnica e mercado, observadas na prática profissional do arquiteto desde o Renascimento, intensificam-se nas atuais condições de produção do projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura, profissão, organização do trabalho, mercado.

ARTE, TÉCNICA Y MERCADO:
EL TRABAJO DEL ARQUITECTO

RESUMEN

Este trabajo analiza las nuevas formas de organización del trabajo del arquitecto, en un contexto de difusión y consolidación de los instrumentos electrónicos en la producción del diseño arquitectónico, considerando la arquitectura como un producto de tensiones entre arte, técnica y mercado. Se ha elaborado el objeto de la investigación a partir de declaraciones y entrevistas, en un primer momento con 206 arquitectos seleccionados en 91 ejemplares de la revista *AU – Arquitectura e Urbanismo*, del período de 1985 a 2000, y luego a través de entrevistas con 31 arquitectos graduados por la FAUUSP en el período 1986 a 1990. El primer período es particularmente significativo, ya que en estos quince años se han visto cambios en el trabajo del arquitecto a través de la difusión de la informática, y el segundo período resulta interesante, en la medida que se caracteriza por la consolidación de los instrumentos electrónicos en la producción del diseño arquitectónico, los que vienen a ser relevantes como un factor que cambia la organización del trabajo del arquitecto y contribuye a la precarización de sus relaciones laborales. La hipótesis de esta investigación es que las tensiones entre arte, técnica y mercado, que pueden ser observadas en la práctica profesional del arquitecto desde el Renacimiento, se intensifican en las actuales condiciones de producción del proyecto.

PALABRAS CLAVE

Arquitectura, profesión, organización del trabajo, mercado.

ART, TECHNIQUE AND MARKET:
THE ARCHITECT'S WORK

ABSTRACT

This article reviews the new forms of organization of an architect's work, in the context of the consolidation and dissemination of electronic instruments in the production of architectural design. In this way, it is an understanding of architecture as a product of the tensions between art, technology, and the market. The research uses statements and interviews, initially with 206 architects selected from 91 editions of *AU – Arquitetura e Urbanismo* from 1985 to 2000 and, subsequently, through interviews with 31 architects of the University of São Paulo's College of Architecture and Urbanism (FAUUSP) that graduated between the years of 1986 and 1990. The first period is particularly significant, since the architect's work experienced considerable changes during these 15 years following the dissemination of information. The second period is interesting, because of the consolidation of electronic instruments in the production of architectural design. This will be relevant as a factor that modifies the organization of the architect's work, contributing to the unsound nature of its labor relations. The hypothesis is that the tensions between art, technology and the market, seen in professional practice since the Renaissance, are exacerbated under the present conditions of production.

KEY WORDS

Architecture, profession, work organization, market.

(1) CUFF, Dana – *Architecture: The story of practice*, tradução do autor, p. 27.

(2) SEGNINI, Francisco – *Prática profissional do arquiteto em discussão*, tese de doutorado, FAUUSP, 2002. O objetivo dessa tese foi analisar a prática profissional do arquiteto e a relação que a produção do projeto arquitetônico, entendido como expressão da arte e da técnica, estabelece com o mercado. O objeto analisado é constituído por depoimentos e entrevistas de 206 arquitetos selecionados em 91 exemplares da revista *AU – Arquitetura e Urbanismo*, no período de 1985 a 2000. Esse período é particularmente significativo porque nesses 15 anos são observadas mudanças como a intensificação do fenômeno social, econômico e político denominado globalização e a difusão da informática, alterando a produção do projeto; no plano político nacional significa o término do período militar. A análise do objeto foi subdividida nos capítulos: 1 – O arquiteto, a arquitetura e o projeto; 2 – O arquiteto e a informatização da produção do projeto; 3 – Produção do projeto arquitetônico e mercado de trabalho e considerações finais.



Richard Morris Hunt (1883), arquiteto – pintor no século 19¹
Fonte: CUFF, Dana. *Architecture: The story practice*

INTRODUÇÃO

A tensão entre arte, técnica e mercado marca a profissão do arquiteto e a produção do projeto arquitetônico desde o Renascimento. Nesse sentido, este artigo pretende analisar o exercício da profissão do arquiteto e a relação que esta estabelece com o mercado de trabalho. Metodologicamente, o objeto de pesquisa foi constituído por depoimentos de arquitetos sobre experiências vividas no fazer arquitetura, ou melhor, no exercício de seus próprios trabalhos, profissão.

A hipótese norteadora da pesquisa que informa esse trabalho reconhece que a tensão entre arte, técnica e mercado intensifica-se no contexto da difusão da informática e do conjunto de relações socioeconômicas denominadas globalização. Esse fenômeno implica, entre outras coisas, na intensificação da concorrência em um mercado cada vez mais competitivo.

Para tanto, foram analisados 91 exemplares da revista *AU – Arquitetura e Urbanismo*, publicada pela Editora Pini, no período de 1985 a 2000, possibilitando acesso a entrevistas e depoimentos de 206 arquitetos (200 homens e 6 mulheres) sobre os temas selecionados e analisados na tese de doutorado intitulada *A prática profissional do arquiteto em discussão*². Posteriormente, retomando essa discussão e complementando a pesquisa referida, em 2007 e 2008 foram entrevistados 31 arquitetos, formados no período compreendido entre 1986 e 1990, pela FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

(3) JAKUES, Annie. *La carrière de l'architecte au XIX siècle*. Paris: Editions de la Réunion des Musées Nationaux, Paris, 1986 (tradução do autor).

Universidade de São Paulo (17 homens e 14 mulheres) e atuantes no mercado de trabalho, indagando-lhes as relações de trabalho e emprego que vivenciam na elaboração do trabalho arquitetônico. O recorte – formados entre 1986 e 1990 – justifica-se na medida em que são profissionais já com mais de 15 anos de inserção no mercado de trabalho. Esse segundo momento de pesquisa foi realizado sob nossa orientação pelos alunos das turmas matriculadas em 2007 e 2008 na disciplina – AUT – Prática Profissional e Organização do Trabalho do Arquiteto – disciplina esta que é por nós ministrada. A escolha desses profissionais foi definida em função de condições pessoais de cada um dos entrevistados, no sentido de disponibilizar seu tempo para a entrevista. Os 31 arquitetos entrevistados correspondem a 5,2% do universo dos formandos no período indicado.

Arquitetos e Urbanistas FAUUSP / período 1986 a 1990

| Ano | Número de formandos | Homens | Mulheres |
|-------|---------------------|-----------|-----------|
| 1986 | 138 | 70 | 68 |
| 1987 | 123 | 52 | 71 |
| 1988 | 103 | 48 | 55 |
| 1989 | 103 | 50 | 53 |
| 1990 | 121 | 59 | 62 |
| Total | 588 | 279 (48%) | 309 (52%) |

Fonte: Dados fornecidos pela FAUUSP, 2009

Compreender os processos e relações sociais no trabalho constituiu o objetivo maior das duas pesquisas que se complementam.

Neste texto, a análise do objeto desenvolve-se a partir dos seguintes aspectos:

- Histórico da organização do trabalho do arquiteto;
- processo de produção do projeto arquitetônico;
- informatização do processo de produção do projeto arquitetônico; e
- novas formas de organização das relações de trabalho.

HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO ARQUITETO

As formas e técnicas de elaboração do projeto passaram por mudanças desde o Renascimento, momento histórico que marca o nascimento da concepção moderna da profissão. Na Idade Média, a classificação tradicional entre artes liberais e artes mecânicas não permitia diferenciar os artistas, arquitetos-pintores ou arquitetos-escultores, do mundo dos artesãos, dos trabalhadores manuais³.

A profissão do arquiteto começa a organizar-se no século 19. Na França, em 1843, é criada a *Société Centrale des Architects* com o objetivo de garantir a discussão sobre a necessidade de um diploma para por fim “aos inconvenientes

da liberdade absoluta no exercício profissional”⁴. Essa discussão se prolonga por muitos anos; em 1881 é também criada a associação de arquitetos diplomados *Société de Architectes Diplômés par le Gouvernement* (SADG), resultado de um movimento liderado por Julien Guadet, chefe de ateliê na *École des Beaux Arts de Paris*. Preocupado em defender o interesse dos arquitetos com diploma, que naquele momento formavam uma restrita comunidade de 44 profissionais, ele motivou seus antigos alunos a organizarem-se⁵. Essa nova sociedade discutirá o exercício profissional e, em 1892, obtém reconhecimento como sendo de utilidade pública. Apesar disso, os arquitetos eram de opinião que esse *status* não era suficiente, necessitando de um código para serem compreendidos como profissionais disciplinados e honrados: “*por isso todos assinam uma adesão plena ao ‘Le Code Guadet.’*”⁶ Após esse momento, com a aprovação do primeiro código deontológico dos arquitetos, o processo de regulamentação da profissão na França desenvolve-se durante todo o século 20, culminando com a promulgação da lei de 1977, última referência legal para a organização da profissão, naquele país.

A história da profissionalização do arquiteto no Brasil também se inscreve no decorrer do século 20. Compreendê-la requer recuperar o processo de consolidação das instituições de ensino, bem como a organização legal das instituições que regulam e representam esses profissionais, considerando sempre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira em termos econômicos, sociais e políticos.⁷

Os primórdios do ensino da arquitetura no Brasil representavam uma especialização da engenharia. As primeiras turmas foram formadas pela Escola Politécnica de São Paulo (1899) e pela Faculdade de Engenharia do Instituto Mackenzie, a partir de 1917. A primeira Faculdade Nacional de Arquitetura foi inaugurada, por lei federal, no Rio de Janeiro, em 1945. A partir de então outras se seguiram, como a Faculdade de Arquitetura Mackenzie em 1947 e, no ano seguinte, a Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. No presente (2008) a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) informa a existência de 214 cursos, e que mais de 50% deles se encontram na região Sudeste do país.

O processo de expansão da formação profissional do arquiteto é acompanhado pela multiplicação de instituições que regulamentam, controlam, fiscalizam e organizam o exercício profissional. O Instituto dos Arquitetos do Brasil foi criado em 1921, pouco mais de uma década da regulamentação da atividade profissional do arquiteto, em 1933 (Decreto Federal n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933). Desde então, somados aos engenheiros e agrônomos, constituem um único órgão legal fiscalizador do exercício profissional (Sistema CREA/CONFEA). Em 1971 é estabelecido o primeiro Código de Ética Profissional no Brasil, fortemente ainda influenciado pelo Código Guadet, no qual se inspira para determinar os parâmetros éticos da profissão do arquiteto no país.

No início dos anos 70, o governo militar investiu fortemente em obras de infra-estrutura – barragens, estradas, metro, etc. – o que propiciou a criação de grandes empresas de consultoria, a maior parte delas no Sudeste, as quais se transformaram nas maiores empregadoras de engenheiros e arquitetos. Algumas dessas empresas, tais como PROMON, HIDROSERVICE e THEMAG chegaram a empregar cerca de uma centena de arquitetos cada uma. Nessas circunstâncias houve um grande crescimento do número de profissionais assalariados, o que

(4) BONNIER, Louis. *La fondation de la SADG*. In: EPRON, Jean Pierre. *Architecture une anthologie*. Liège: Pierre Mardaga Éditeur, 1992, p. 290 (tradução do autor).

(5) Id., *ibid.*, p. 291.

(6) Id., *ibid.*, loc. cit.

(7) DURAND, José Carlos Garcia. *Arte, privilégio e distinção artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Editora Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo, 1989. As análises pioneiras realizadas por Durand a respeito da profissão do arquiteto como objeto de análise sociológica contribuem para a compreensão dos objetivos desse trabalho, mesmo considerando que a singularidade do mesmo está em sua abordagem construída a partir da representação que os arquitetos elaboram sobre a prática profissional que desenvolvem. Nesse sentido, o referencial teórico que possibilita a análise desse objeto é construído, sobretudo, a partir desse campo de trabalho e reflexão.

levou à criação do Sindicato dos Arquitetos do Brasil, reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1971⁸, concretizando reivindicações da Associação Profissional dos Arquitetos – APA, fundada em 1968. No entanto, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da RAIS – CAGED, informa tratar-se de uma profissão exercida, sobretudo, de forma autônoma ou por conta própria, na qual menos de 10% dos arquitetos estão inscritos no trabalho formal (com carteira assinada); entre eles 55% são mulheres, sobretudo na função pública ou na docência.

De acordo com dados fornecidos pelo CONFEA (2008), os arquitetos constituem um grupo formado por cerca de 130.000 profissionais.

Processo de produção do projeto arquitetônico

A arquitetura, tal como definida no dicionário, é a “*arte de criar espaços organizados e animados, por meio do agenciamento urbano e da edificação, para abrigar os diferentes tipos de atividades humanas*”⁹; e, por arte, o mesmo autor compreende a “*atividade que supõe a criação de sensações ou de estados de espírito de caráter estético, carregados de vivência pessoal e profunda, podendo suscitar em outrem o desejo de prolongamento ou renovação*”.¹⁰

Os arquitetos, em seus depoimentos e entrevistas, reafirmam o papel da arquitetura enquanto arte, que se concretiza na construção, tal como definido em dicionário.

“*Se arquitetura é fundamentalmente arte, não o é, menos, fundamentalmente construção.*”¹¹ (Lucio Costa)

“*O arquiteto é antes de tudo um artista.*”¹² (Artigas)

As formas e técnicas de elaboração do projeto vivenciaram mudanças desde o Renascimento, momento histórico que marca o nascimento da concepção moderna da profissão. A partir do século 15, com a aproximação entre as belas artes e as artes liberais, o arquiteto adquire o estatuto de intelectual e de artista. Nos séculos seguintes, os arquitetos fazem parte do mundo particular dos artistas; as instituições acadêmicas formadoras, nos séculos 17 e 18, identificam os arquitetos, aproximando-os dos pintores e escultores¹³. As transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade que se industrializou no século 19, alteram as estruturas e relações até então vigentes. Inovações tecnológicas, desenvolvimento dos meios de informação, o crescimento das cidades são elementos que modificam a profissão do arquiteto.

Nesse contexto, a prática da arquitetura se transforma, a dimensão tecnológica se sobrepõe à dimensão artística, determinando que o arquiteto identificado ao artista passe a ser compreendido de forma negativa, pejorativa mesmo. “*A imagem do criador solitário e maldito, face à sua folha ou à sua tela, coincide mal com a prática da arquitetura que coloca em relação, capitais, materiais e equipes de homens importantes. Essa contradição talvez explique o fato de que o arquiteto é compreendido negativamente pelo público do século XIX.*”¹⁴

No entanto, a tensão entre arte e técnica se recoloca constantemente até a atualidade. São muitas as afirmações e reafirmações que recuperam a prática profissional do arquiteto como expressão de sua condição de artista.

Entretanto, o exercício profissional do arquiteto, se considerado tão somente em sua dimensão artística, conduz a polêmicas e contradições desde o século 19,

(8) Com a formação do Sindicato chegou-se, por algum tempo, até a discutir dissídio coletivo para reajustes salariais dos arquitetos.

(9) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI – O dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

(10) Id., Ibid.

(11) SABBAG, Hayfa Y. A beleza de um trabalho precursor, síntese da tradição e da modernidade. *AU*, ano 1, jan. 85, n. 1, p. 15.

(12) ARTIGAS, João B.V. *Arquitetura, política e paixão, a obra de um humanista – Entrevista* (texto de Livia Alvares Pedreira), *AU*, ano 1, jan. 85, n. 1, p. 23.

(13) Id., *ibid.*, loc. cit.

(14) Id., *ibid.* p. 7.

conforme já citado. Se, por um lado, o arquiteto é um profissional que vive de seu trabalho em uma sociedade de mercado, necessitando de demanda por seus serviços, por outro, revela-se um artista que pretende fazer do resultado desse trabalho uma representação de seu tempo, como afirma Paulo Mendes da Rocha, *“fazer arquitetura é estabelecer o desenho da contemporaneidade, desenhar edifícios para os homens de sua época. Modernidade...”*¹⁵

O exercício profissional do arquiteto se coloca na intersecção de três vertentes: arte, técnica e intenção. Os arquitetos, segundo os depoimentos, não abdicam da condição de artista, ao mesmo tempo em que se apropriam da técnica com duplo objetivo, tanto para criar abrigo para as atividades humanas como para demonstrar intenções, anseios ou esperanças.

A informatização da produção do projeto arquitetônico

O processo de produção do projeto de arquitetura e as relações de trabalho no âmbito dessa produção se modificaram nos últimos anos com a introdução das tecnologias derivadas da microeletrônica e o desenvolvimento de *softwares* específicos. Em apenas 15 anos (1985-2000) as pranchetas de desenho quase desapareceram. No lugar delas ou mesmo sobre elas, encontram-se os computadores.

*“Acho que hoje a tendência é que, inclusive com essas novas formas de trabalho, a mídia, a eletrônica, você tem uma “polinucleação”, uma multiplicação de pontos de trabalho e não necessariamente no mesmo lugar.”*¹⁶

(15) SABBAG, Haifa Y. Revisão e autocrítica. *AU*, ano 2, fev. 86, n. 4, p. 21.

(16) Entrevista arquiteto 1 – Pesquisa complementar.

(17) Id., *ibid.*

Nos depoimentos levantados no percurso destes 15 anos (1985-2000) percebe-se, claramente, que o uso do computador no trabalho do arquiteto vai perdendo gradativamente o caráter polêmico dos primeiros momentos, elaborado entorno de sua eficiência e da qualificação do arquiteto; esse profissional é cada vez mais usuário das inovações tecnológicas que se difundem. O projeto desenhado com essa “nova lapiseira” deixa de ser novidade e passa a ser realidade, relacionada, freqüentemente, à racionalização do projeto e às exigências de mercado, construindo, dessa forma, maior possibilidade de competição.

No final dos anos 90, os depoimentos levantam novas questões, diferentes das formuladas nos anos 80; partindo da compreensão que essa tecnologia está incorporada à produção do projeto, as discussões se centram sobre quais equipamentos ou programas serão utilizados, sobre suas potencialidades e adequações.

Agilizar produção, racionalizar trabalho, otimizar tempos, reduzir tarefas manuais, são algumas possibilidades que os arquitetos irão detectando e reafirmando em seus depoimentos e entrevistas.

*“desde 90, ou seja, de 87 a 90, a gente manteve esse escritório e prestava esses serviços, tipo que nem hoje, mas menos, porque não tinha o computador, então era muito raro esse tipo de coisa que hoje tem que você subcontrata ou contrata o recém formado para ajudar a desenvolver um projeto. Aliás, porque naquela época ainda não tinha essa desmaterialização dos escritórios, os escritórios eram escritórios com prancheta, tinha que ter um espaço físico gigantesco.”*¹⁷

Novas formas de organização das relações de trabalho

As entrevistas com os 31 arquitetos formados pela FAUUSP no período de 1986 a 1990 mostraram a presença de novas formas de contratação e quase o abandono total das garantias sociais ligadas ao trabalho por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com o objetivo de atualizar a pesquisa elaborada junto da revista *AU* no que se refere às mudanças nas relações de trabalho e na forma de contratação dos arquitetos, foram entrevistados 31 arquitetos atuantes no mercado de trabalho e formados pela FAUUSP entre 1985 e 1990, como já mencionado anteriormente, com, no mínimo, o acúmulo de experiências referente a mais de 15 anos de exercício profissional.

Os depoimentos mostram a importância da introdução da informática no processo de produção do projeto arquitetônico no que se refere a mudanças no processo de contratação do arquiteto, novas formas de organização das relações de trabalho.

*"..., porque não tinha o computador, então era muito raro esse tipo de coisa que hoje tem que você subcontrata ou contrata o recém formado para ajudar a desenvolver um projeto. Aliás, porque naquela época ainda não tinha essa "desmaterialização" dos escritórios..."*¹⁸

(18) Entrevista arquiteto 1
– Pesquisa complementar.

(19) Entrevista arquiteto 2
– Pesquisa complementar.

(20) Lucro presumido – significa que os impostos decorrentes do faturamento de uma empresa sejam calculados sobre a alíquota de 32% do valor do faturamento bruto, sem levar em conta a necessidade de registro de despesas.

Dos 31 arquitetos entrevistados, 10% deles (2 mulheres e 1 homem) dedicam-se, exclusivamente, ao trabalho docente, em tempo integral, são professores da Universidade de São Paulo.

Os depoimentos desses 31 arquitetos mostraram que 23 (75%) deles se denominam autônomos; entretanto, ao longo das entrevistas percebe-se que entendem a condição de autônomo como uma situação de proprietários de pequenas empresas normalmente em associação com ex-colegas da universidade. Uma das estratégias de sobrevivência financeira dessa condição é trabalhar como professor universitário (39% deles), tanto em escola pública (em tempo parcial) como, principalmente, em escolas privadas. A condição de autônomo, conforme definido pela legislação, é compreendida onerosa pelos empregadores, freqüentemente também arquitetos, em função dos encargos resultantes, além de aumento da carga de serviços burocráticos do contratante. O fato de os arquitetos se estruturarem como pequenos empresários é, praticamente, uma exigência para que possam prestar serviços às empresas.

*"Como eu trabalho muito para empresas,..., eles não gostam de trabalhar com autônomos, você tem mais encargos, INSS, enfim, para eles mais pesado em termos de impostos, né?! Então, eles não gostam muito de trabalhar com autônomos, então, eu tenho uma empresa paralela, e quando eu preciso, eu posso emitir uma nota fiscal da minha empresa,..., porque os clientes exigem que você tenha uma estrutura, mas é basicamente informal, se eu tenho que pegar alguém para fazer levantamento métrico, é informal, a pessoa presta serviço pra mim, eu pago, mas é informal."*¹⁹

A informalidade descrita acima é possível pela legislação vigente que permite às pequenas empresas não contabilizarem suas despesas, possibilitando que os impostos resultantes do faturamento sejam calculados na condição de "lucro presumido"²⁰.

Essa é uma prática comum dos escritórios de arquitetura, conforme afirma um dos arquitetos entrevistados.

“Estagiário para nós nunca foi muito útil. O que a gente percebeu é que arquiteto recém-formado trabalha, se dedica. Não tem a faculdade pra competir com você e ele custa quase o mesmo que um estagiário.”²¹

O depoimento desse arquiteto informa contradições: quando questionado sobre o salário que pagava ao arquiteto-empregado, afirma: *“pagávamos o piso, a gente pagava bem”*, e o piso salarial²² do arquiteto é mais elevado do que normalmente se paga a um estagiário. No entanto, quando questionado sobre o tipo de contratação estabelecida, afirma que o funcionário *“não era registrado”* e que o processo de contratação era na *“... boca. Contrato de boca... Pagava salário, dava férias pra ele e pagava décimo terceiro, ta. Não era registrado. Não me senti em nenhum momento sendo desleal com ele”²³*.

No entanto, no mesmo depoimento, ressalta a ilegalidade dessa forma de contratação, ao referir-se à sua própria vicência, no começo de sua experiência profissional:

“Trabalhei dois anos num outro arquiteto que foi comigo um calhorda, absolutamente um calhorda, mas nosso contrato era esse, ele me pagava e eu nunca pensei em entrar com causa trabalhista contra ele, acho que isso é sacanagem... se você não quer aceitar aquilo, não entre...”²⁴

Em outro depoimento o arquiteto expressa preocupação com o problema e enfoca a questão como uma necessidade de revisão da legislação trabalhista.

“Bom, esse negócio da legislação trabalhista, acho que precisa ser atualizada. A gente nunca contratou ninguém por CLT, sempre foram empresas associadas à gente e eu acho que todo o mundo trabalha assim atualmente, não só no meio da arquitetura... São prestadores de serviços. É uma maneira legal, talvez um pouco prejudicial ao país porque paga-se menos imposto, eu tenho a impressão, mas que mostra que a legislação precisa ser atualizada. E eu acho que essa forma de trabalho fluida aí, ela não apenas é cada vez mais possível pelos recursos de comunicação, de telecomunicações, mas necessária porque os tempos, agora, são muito mais rápidos. Então tem que ter muito mais agilidade para montar e desmontar equipes. Uma empresa que tenha todo o mundo contratado, até conseguir demitir todo o mundo já faliu, porque tem que dar aviso prévio... Quero dizer, a legislação está completamente caduca.”²⁵

Somente uma das entrevistadas é registrada (CLT), trabalha em uma grande empresa, mas reconhece tratar-se de uma situação diferenciada, não comum no mercado de trabalho do arquiteto.

“Eu sou CLT, com registro em carteira. Não é o que acontece no mercado. Eu já trabalhei dando nota, eu tenho uma empresa, uma firma com o meu marido, já trabalhei como terceirizada, dando nota. Já trabalhei dos dois jeitos.”²⁶

(21) Depoimento arquiteto 7 – Pesquisa complementar.

(22) As profissões ligadas ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) têm piso salarial garantido por legislação federal. O piso salarial é de 10 salários mínimos para uma jornada de 8 horas diárias ou 40 horas semanais.

(23) Entrevista arquiteto 7 – Pesquisa complementar.

(24) Id., ibid.

(25) Id., ibid.

(26) Entrevista arquiteto 5 – Pesquisa complementar.

Os outros arquitetos que trabalham como assalariados estabelecem uma relação contratual, vulgarmente conhecida como “assalariado CNPJ”²⁷, nada mais que um recurso do qual as empresas estão se apropriando no sentido de não assumir os encargos ligados aos direitos vinculados ao trabalho; o depoimento abaixo mostra claramente esse processo.

*“Hoje, basicamente eu sou informal,... no escritório eu tinha toda aquela coisa, eu era registrada, depois isso mudou, eu senti isso enquanto eu estava lá no (escritório X), a gente passou do regime CLT, de carteira assinada, nós passamos também a ser autônomos dentro do escritório, nós éramos terceirizados dentro do escritório, porque o escritório não conseguia mais arcar com todos os encargos, ficaram muito pesados, e hoje, como autônoma, eu sou praticamente informal.”*²⁸

Dos arquitetos entrevistados, quatro (13%) informam que se inscrevem nessa situação, de “assalariado CNPJ”. Reconhecem a precariedade da situação, mas não conseguem perceber outra perspectiva de trabalho, como se constata nos depoimentos abaixo:

(27) Essa condição de trabalho é também conhecida como “falso autônomo”. Trata-se de um empregado que trabalha nas dependências da empresa e está sujeito a horários predefinidos. CNPJ é a sigla de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, ou seja, significa a existência de uma empresa.

(28) Entrevista arquiteto 2
– Pesquisa complementar.

(29) Entrevista arquiteto 4
– Pesquisa complementar.

(30) Entrevista arquiteto 3
– Pesquisa complementar.

“..., dentro do mercado que a gente trabalha,..., eu acho que tá cada vez mais difícil, a remuneração é cada vez pior, acho que cada vez tem menos suporte pro empregado, você ser registrado é cada vez mais difícil, ter todos os benefícios, não é um mercado fácil.”

*“ ..., eu posso definir minha situação como ‘falso autônomo’. Sou empregado aqui na (escritório Y) Arquitetura, e a(Y) é uma empresa que atua em diversas áreas de projetos de arquitetura... Bem, eu acredito que as vantagens de ser empregado é você poder ter uma situação financeira estável, como por exemplo, salário, férias e décimo terceiro. Mesmo não sendo registrado, essas garantias foram combinadas com o empregador. E nesse ponto há vantagens tanto para mim quanto para o meu patrão, pois desta forma alivia a carga tributária. É complicado dizer que só existem vantagens. Eu acho, com certeza, que existem desvantagens, com certeza. A principal delas é ter que criar outras formas de comprovação de renda. Para, por exemplo, poder fazer uma declaração do imposto de renda. Neste caso, eu tive que me associar a uma empresa de um amigo para ter os comprovantes de rendimento.”*²⁹

Outra forma de contratação dissimulada recorrente nos últimos anos é a transformação dos empregados em sócios, um procedimento adotado pelos advogados já há algum tempo e aparece em uma das entrevistas: *“... é muito comum hoje que os escritórios sejam ‘arquitetos associados’. Essa é a configuração mais pertencente ao nosso período aqui em São Paulo.”*³⁰

As entrevistas realizadas mostram que as novas formas de organização da produção do projeto arquitetônico têm levado a uma precarização das relações de trabalho do arquiteto, tais como: o falso autônomo, o arquiteto empregado elevado à condição de sócio da empresa, o arquiteto que cria uma empresa para poder ser assalariado CNPJ, ou mesmo o arquiteto que trabalha como empregado em uma relação informal, sem qualquer vínculo, o “contrato de boca”, tal como definido em um dos depoimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os depoimentos assinalados mostram que nos anos 90 a situação é completamente diferente da que se tinha no início dos anos 70. No primeiro momento, a presença de grandes empresas empregadoras, tanto de engenheiros como de arquitetos, fortaleceu e expandiu o número de contratos formais de trabalho, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A partir da crise do petróleo, pouco a pouco, os investimentos estatais, em grandes projetos de infra-estrutura, são reduzidos. As grandes empresas de arquitetura e engenharia iniciam um processo de redução de seus quadros técnicos. A partir de então, novas formas de contratação de arquitetos são observadas; o assalariamento é disfarçado por meio de várias possibilidades previstas em lei.

O grupo dos 31 profissionais entrevistados pertence à geração que não participou daquele processo de fortalecimento dos vínculos formais de trabalho e inseriram-se no mercado após a informatização do processo de produção do projeto.

Nesse contexto é iniciado o processo de desaparecimento do projetista³¹, substituído pelos estagiários das escolas de arquitetura³², ou mesmo por arquitetos recém-formados, os quais já dominam as técnicas exigidas pela produção informatizada. Dessa forma, no exercício da profissão é observada a expansão do número de portadores de diploma de arquitetura e urbanismo, no ensino superior, mas sua desvalorização relativa. Os recém-formados serão “projetistas”, sem acesso aos direitos trabalhistas garantidos àqueles. Cabe aqui ressaltar que, a partir desse período, a formação em arquitetura passa a ser cursada, cada vez mais, por mulheres. Esse é um objeto de pesquisa para futuras investigações.

Retomando a questão anterior, mesmo que um dos entrevistados afirme: “*estagiário para nós nunca foi útil*”³³, essa afirmação precisa ser polemizada, pois o número de alunos que, obrigatoriamente, fazem estágio, é muito grande, considerando existir, somente na região metropolitana de São Paulo, cerca de 20 cursos de arquitetura e urbanismo a demandarem estágios obrigatórios.

Os arquitetos, na medida em que diminuem as possibilidades de trabalho em grandes empresas de projeto, passam a trabalhar como autônomos ou como falso autônomos, ou seja, empregados considerados “prestadores de serviços”, ocultos sob a forma de “empresas”, nas quais, para serem empregados, assumem a falsa condição de proprietários de seus próprios negócios.

Muitos arquitetos, na impossibilidade de ter seu próprio escritório como profissional autônomo, transformam-se em pequena empresa, muitas vezes associando-se a um colega (empresa uniprofissional) ou a um outro tipo de profissional (empresa pluri-profissional). Tal situação é criada pela legislação brasileira que onera o trabalho autônomo e facilita a retenção de impostos de pequenas empresas, criando condições menos onerosas. Mesmo na situação de pequenos empresários, os arquitetos, na maioria das vezes, criam empresas com colegas de mesma profissão, por ser a forma de ter-se menos despesas tributárias. São esses espaços de trabalho, atualmente predominantes na produção do projeto arquitetônico, que precarizam as relações de trabalho do arquiteto.

Dos 31 arquitetos entrevistados, somente um deles, uma mulher, tem contrato de trabalho conforme a CLT, informando que tal situação se configura por

(31) A presença dos projetistas nos escritórios de arquitetura era uma constante. Eram profissionais de nível técnico, inicialmente desenhistas, que adquiriam, por meio da experiência acumulada, grande conhecimento sobre os processos de desenvolvimento e detalhamento do projeto arquitetônico. Esses profissionais eram, normalmente, empregados assalariados com salários relevantes, na medida em que dominavam a técnica do desenho, além do conhecimento específico referente aos conteúdos dos projetos.

(32) Com o crescimento do número de cursos de arquitetura e urbanismo a partir dos anos 70 e com grande ênfase nos anos 80, o Ministério de Educação (MEC), por meio da Portaria 1.770, datada de 1994, orienta a existência do estágio obrigatório para obtenção do diploma.

(33) Entrevista arquiteto 7 – Pesquisa complementar.

tratar-se de uma grande empresa. Desse conjunto de profissionais, outros 3 (três) deles, professores de universidades públicas, são contratados pelo Estatuto do Funcionalismo Público.

As condições de precarização do trabalho do arquiteto configuram-se quando:

– O empregado é um profissional autônomo, sendo, de fato, um empregado com posto de trabalho no espaço do empregador, com horário definido e sujeito às orientações do empregador;

– o empregado é, como costumeiramente chamado, um falso autônomo, ou ainda, o empregado CNPJ, ou seja, para que possa ser empregado (com posto de trabalho no espaço do empregador, horário definido e sujeito às orientações do empregador), precisou criar um empresa, conforme informam 13% dos entrevistados;

– o empregado, o qual, embora continuando com as tarefas típicas de um empregado, passa a ser sócio da empresa com participação minoritária;

– o empregado não tem qualquer vínculo com o empregador, ou seja, não se encaixa em nenhuma das condições anteriores – é o contrato de boca, conforme informado por um dos arquitetos entrevistado.

Dessa forma, a multiplicação de arquitetos autônomos e pequenos empresários oculta a multiplicação de arquitetos com relações de trabalho precarizadas, sem acesso aos direitos sociais ligados ao trabalho, garantidos pela legislação brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BONNIER, Louis. La fondation de la SADG. In: EPRON, Jean Pierre. *Architecture une anthologie*. Liège: Pierre Mardaga Éditeur, 1992.

CUFF, Dana. *Architecture: The story of practice*. Cambridge; Massachusetts: MIT Press, 1991.

DURAND, José Carlos Garcia. *A profissão do arquiteto (estudo sociológico)*. 1972. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/Rio de Janeiro – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 5ª. Região (Guanabara), 1972.

_____. *Arte, privilégio e distinção artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/ 1985*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – *Novo Aurélio século XXI – O dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

JAQUES, Annie. *La Carrière de l'architecte au XIX siècle*. Paris: Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1986.

PEDREIRA, Livia Alvares. Arquitetura, política e paixão, a obra de um humanista. Entrevista. *AU*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 23, 1985.

SABBAG, Hayfa Y. A beleza de um trabalho precursor, síntese da tradição e da modernidade. *AU*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 15, 1985.

_____. Revisão e autocrítica – *AU*, São Paulo, ano 2, n. 4, p. 21, 1986.

SEGNINI, Francisco. *Prática profissional do arquiteto em discussão*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Nota do Editor

Data de submissão: abril 2009

Aprovação: janeiro 2010

Francisco Segnini Jr.

Arquiteto, professor doutor e pesquisador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Grupo de Pesquisa CNPq – Processo de Produção da Arquitetura e do Urbanismo.

FAUUSP – Rua do Lago, 876. Cidade Universitária

05508-900 – São Paulo, SP

(11) 3091-4571

aut@usp.br

chicosegnini@uol.com.br